



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO





PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



INTRODUÇÃO

Com embasamento termos do art. 31 da Constituição da República, de acordo com as atribuições e deveres que dispõe a Lei Municipal Nº 2.671 de 05 de agosto de 2014 e também a Lei Complementar Municipal Nº 81 de 26 de dezembro de 2023, afim de cumprir fielmente o contido em todos os Incisos do §1º, do Art. 6º, da Lei Complementar Municipal Nº 58 de 06 de maio de 2020, e buscando auxiliar o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, apresentamos o presente Relatório Conclusivo, elaborado pela Controladoria Geral da Prefeitura Municipal de Mongaguá, que vai acompanhado do Certificado de Auditoria e Parecer do seu responsável, e tratam dos exames realizados sobre os atos e fatos da gestão do Excelentíssimo Prefeito Municipal, praticados durante o período de janeiro a dezembro de 2023.

A Controladoria Geral do Município, de forma geral, tem exercido atividades fiscalizadoras preventiva, procurando acompanhar as fases da despesa e as execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais, dirimindo dúvidas, orientando e tomando as providências necessárias para resguardar com maior eficiência a legalidade e a economicidade dos atos praticados.

Examinamos a Prestação de Contas do exercício de 2023, bem como realizados exames complementares por amostragem, na extensão julgada necessária, tendo por base os relatórios trimestrais e os procedimentos da despesa, com objetivo de emitir opinião sobre a regularidade e avaliação dos controles administrativos, bem como o cumprimento da legislação vigente.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Examinamos a Prestação de Contas do exercício de 2023, estando está com todas as peças e documentos exigidos, tão quanto analisamos a Gestão do Município e funcionamento dos demais setores como um todo.

Este documento tem por foco apresentar a análise das regularidades fiscais e legais dos atos desta Prefeitura, de sua gestão e demais responsáveis, apurando possíveis falhas e/ou irregularidades, recomendando providencias para regularização das mesmas, elaboração de quadro-síntese e conclusão final.

A seguir, apresentamos os dados e gráficos utilizados para a elaboração do presente Relatório Conclusivo e os respectivos Certificado e Parecer que o acompanham, subdivididos por área e tema.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Gestão Orçamentária - apuração até 31/12/2023

Conforme disposto na Lei Orçamentária Anual, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2023, a receita foi estimada em **R\$373.862.000,00**.

Na composição desse valor, estão englobadas as receitas correntes consolidadas **R\$366.529.935,00**, as receitas de capital **R\$7.332.065,00**.

Verificou-se, ainda, que até o mês da geração desse relatório, foi arrecadado e apropriado pelo regime de caixa, em conformidade com o Art. 35, da Lei nº 4320, de 1964, o montante de **R\$379.670.050,11 de Receitas Realizadas**, ou seja, **101,55%** do valor estimado.

Destacamos, para fins de apuração do resultado orçamentário, que houveram duodécimos na ordem de **R\$12.385.000,00** conforme quadro demonstrativo da despesa empenhada, liquidada e paga:

DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%	PAGA	%
DESPESAS CORRENTES	325.758.217,69	85,803%	297.529.371,29	78,367%	287.232.536,00	75,655%
DESPESAS DE CAPITAL	36.280.373,57	9,5560%	21.501.450,60	5,6633%	20.834.293,13	5,4876%
SUBTOTAL DESPESA	362.038.591,26	95,359%	319.030.821,89	84,031%	308.066.829,13	81,143%
TOTAL DESPESA COM DUODÉCIMOS E TRANSFER.	395.101.688,74	4,0678%	352.093.919,37	92,739%	341.129.926,61	89,851%

Observado Déficit Orçamentário de R\$16.275.134,57, toda via não houve déficit financeiro porquanto os valores foram cobertos por Superávit Orçamentário do ano anterior.

Vale ressaltar que o resultado primário apresentado pelo Município no período foi de **R\$5.379.384,52**.

**PREFEITURA DE
MONGAGUÁ**

DO MUNICÍPIO



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Disponibilidade Comprometida - apuração até 31/12/2023

A classificação por fontes ou destinações de recursos (FR) tem como objetivo agrupar receitas que possuam as mesmas normas de aplicação na despesa. Em regra, as fontes ou destinações de recursos reúnem recursos oriundos de determinados códigos da classificação por natureza da receita orçamentária, conforme regras previamente estabelecidas. Por meio do orçamento público, essas fontes ou destinações são associadas a determinadas despesas de forma a evidenciar os meios para atingir os objetivos públicos.

Este mecanismo contribui para o atendimento do parágrafo único do art. 8º da LRF e o art. 50, inciso I da mesma Lei:

Art. 8º

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

O quadro abaixo tem como objetivo verificar a correta aplicação e o fluxos dos recursos a sua finalidade específica.

FONTE DE RECURSO	DISPONÍVEL	COMPROMETIDO	SUFICIENCIA
EMENDAS PARL. INDIVIDUAIS/LEGIS.MUNIC.	1.471.974,21	1.471.974,21	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	52.125,91	9.790,76	42.335,15
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIO	3.139.336,04	3.260.536,91	-121.200,87
TESOURO	12.694.315,26	35.461.961,89	-22.767.646,63
TESOURO-exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	9.113.226,74	16.919.046,57	-7.805.819,83
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	20.609.091,28	32.307.687,15	-11.698.595,87
TOTAL	47.080.069,44	89.430.997,49	-42.350.928,49



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Aplicação no Ensino - apuração até 31/12/2023

Específico à aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino, o Município teve uma receita de impostos e transferências correspondente ao montante de R\$203.316.802,60.

Conforme determina o artigo 212, da Constituição Federal, o valor mínimo a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino deve ser de R\$50.829.200,65, equivalente a 25% da receita.

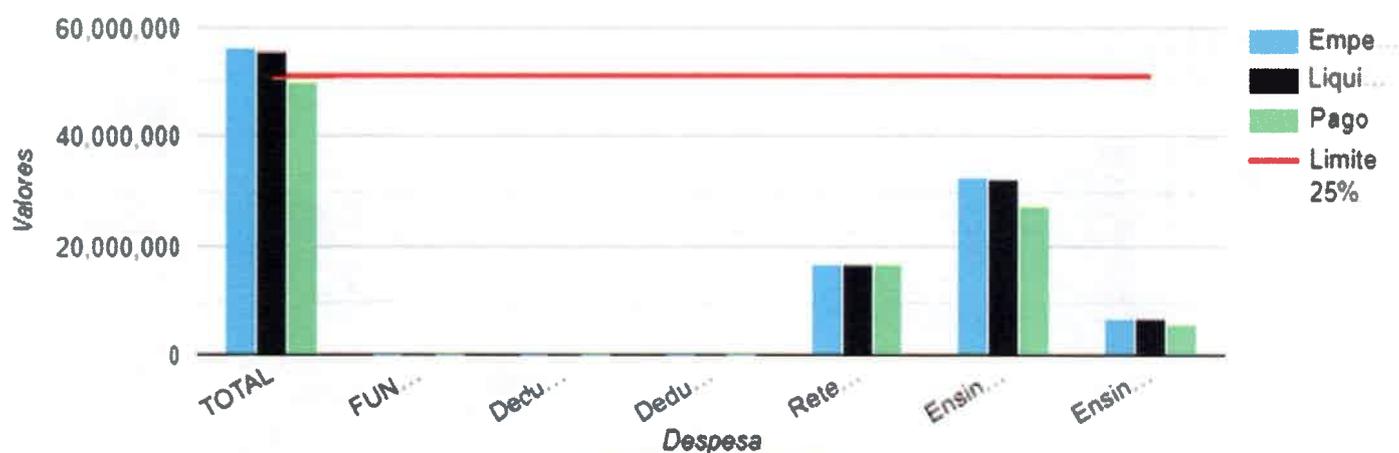
As despesas com o ensino infantil e fundamental (empenhadas, liquidadas e pagas), assim como os percentuais respectivos estão demonstradas no quadro a seguir:

Receitas e Transferências de Impostos :						203.316.802,60
Valor de aplicação mínima (25%) :						50.829.200,65
DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%	PAGA	%
Ensino Infantil	7.035.328,06	3,46	6.927.675,21	3,41	5.581.585,08	2,75
Ensino Fundamental	32.499.047,23	15,98	32.122.124,34	15,80	27.226.540,03	13,39
Retenções FUNDEB	16.886.580,70	8,31	16.886.580,70	8,31	16.886.580,70	8,31
Deduções Ensino Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB retido e não aplicado no retorno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	56.420.955,99	27,75 %	55.936.380,25	27,51 %	49.694.705,81	24,44 %

Do quadro acima, considerando a despesa empenhada, conclui-se que o Município **aplicou 2,75 % acima do limite constitucional** em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Na mesma linha, atentando-se à despesa liquidada, temos que o Município **aplicou 2,51 % acima do limite constitucional**.

Aplicação com Ensino





PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Aplicação Recursos FUNDEB - apuração até 31/12/2023

O Controle Interno do Município verificou quanto ao FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério dos Profissionais da Educação), prevista na Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que o montante das receitas foi da ordem de R\$68.980.015,68.

Desta forma, para que ocorra a aplicação mínima de 90% exigidas na lei supramencionada (art. 25, § 3º), será necessária a utilização de, no mínimo, R\$62.082.014,11 dos recursos do FUNDEB no presente exercício.

Ainda, R \$ 48.286.010,98, equivalente a 70% dos recursos do FUNDEB, deverão ser destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício da rede pública (art. 26).

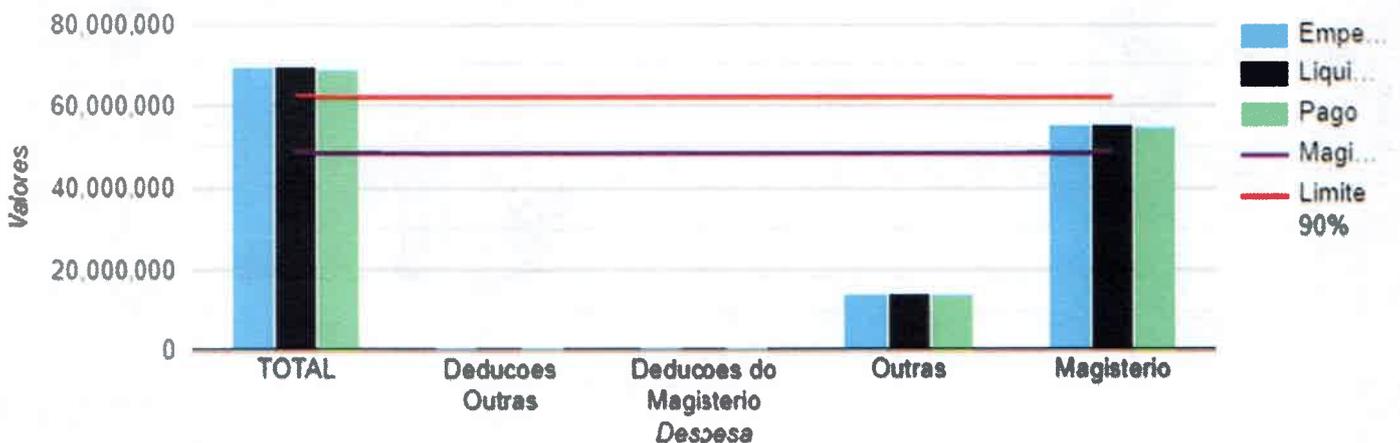
Receitas do FUNDEB :	68.980.015,68
Valor de aplicação mínima (90%) :	62.082.014,11
Valor de aplicação mínima (70%) :	48.286.010,98

DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADADA	%	PAGA	%
Magistério	55.039.566,57	79,79	55.039.566,57	79,79	54.651.755,67	79,23
Outras	14.081.730,02	20,41	14.081.730,02	20,41	13.967.810,73	20,25
Deduções do Magistério	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	69.121.296,59	100,20 %	69.121.296,59	100,20 %	68.619.566,40	99,48 %

Assim, das informações contidas acima, considerando o total da despesa empenhada e liquidada, conclui-se que o Município aplicou **100,20 %** dos recursos oriundos do FUNDEB dentro do exercício financeiro em que foram creditados, percentual **ATENDE** ao disposto no artigo 25, §3º, da Lei do FUNDEB.

No que tange à aplicação de no mínimo 70% da receita do FUNDEB na manutenção do magistério, constata-se com base na despesa empenhada liquidada a realização do percentual de **79,79 %**, **CUMPRINDO** a determinação do artigo 26, da Lei do FUNDEB.

Aplicação com FUNDEB





PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Aplicação na Saúde - apuração até 31/12/2023

Conforme dispõe o artigo 77, III, § 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Município deve aplicar 15% nas ações e serviços de saúde.

Considerando o total de receita de impostos de R\$ 198.501.682,80, a aplicação mínima corresponde a um investimento nas ações da saúde da ordem de R\$ 29.775.252,42.

Desta forma, considerando as informações contidas no quadro abaixo, especialmente analisando a despesa empenhada, o Município deu pleno atendimento ao disposto pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000.

Receitas e Transferências de Impostos :	198.501.682,80					
Valor de aplicação mínima (15%) :	29.775.252,42					
DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADADA	%	PAGA	%
Despesas com ações e serviços públicos	72.031.714,14	36,29 %	65.899.668,88	33,20 %	65.324.386,56	32,91 %
(-) Despesas com Aposentadoras	22.739,62	0,01 %	22.739,62	0,01 %	22.739,62	0,01 %
(-) Despesas com Pensões	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Total das despesas com ações e serviços públicos	72.008.974,52	36,28 %	65.876.929,26	33,19 %	65.301.646,94	32,90 %

Aplicação com Saúde





PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Despesas com Pessoal - apuração até 31/12/2023

Na análise da despesa com pessoal, foi necessário apurar a Receita Corrente Líquida (RCL) conforme as normas contábeis em vigência.

Desta forma, a RCL dos últimos doze meses (01/2023 à 12/2023), conforme normas e metodologias da Secretaria do Tesouro Nacional, corresponde a **R\$356.063.568,89**.

Além disso, tendo-se em vista que a despesa total com pessoal para o mesmo período (01/2023 à 12/2023) foi na ordem de **R\$145.453.255,70**, foi possível apurar o percentual da despesa de pessoal, conforme abaixo:

DESCRIPTIVO	RCL	% REFERÊNCIA
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	192.274.327,20	54,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	182.660.610,84	51,30 %
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	173.046.894,48	48,60 %
PERCENTUAL DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (Liquidado)	145.453.255,70	40,85%

Em análise ao quadro percebe-se o devido cumprimento aos limites legais estipulados.

**PREFEITURA DE
MONGAGUÁ**

DO MUNICÍPIO



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Despesas com Encargos Sociais - apuração até 31/12/2023

A análise das despesas com encargos sociais é feita apenas com a finalidade de demonstrar se a entidade tem honrado para com seus compromissos de origem previdenciária/trabalhista.

DESCRIÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
ADMINISTRACAO GERAL E PATRIMONIO -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDEN	1.260.239,52	1.260.239,52	1.195.295,74
ADMINISTRACAO GERAL E PATRIMONIO -- [FGTS]	326.319,25	326.319,25	292.987,49
ADMINISTRACAO GERAL E PATRIMONIO -- [OUTRAS OBRIGAÇÕES PAT	0,00	0,00	0,00
CULTURA -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	135.066,06	135.066,06	122.596,22
CULTURA -- [FGTS]	46.644,71	46.644,71	40.351,16
DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁ	8.012,85	8.012,85	7.467,90
DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL -- [FGTS]	2.772,81	2.772,81	2.490,47
DESENVOLVIMENTO SOCIAL -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - I	300.225,63	300.225,63	276.395,30
DESENVOLVIMENTO SOCIAL -- [FGTS]	103.893,93	103.893,93	91.672,96
EDUCACAO -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	19.002,85	19.002,85	16.959,09
EDUCACAO -- [FGTS]	6.568,89	6.568,89	5.613,00
ENSINO -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	1.450.937,53	1.450.937,53	346.288,77
ENSINO -- [FGTS]	505.239,99	505.239,99	114.879,77
ESPORTE E LAZER -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	127.263,27	127.263,27	114.345,00
ESPORTE E LAZER -- [FGTS]	44.039,44	44.039,44	37.949,17
FDO MANUT E DES EDUC BASICA E VALOR. PRO -- [CONTRIBUIÇÕES P	12.218.150,36	12.218.150,36	12.003.764,05
FDO MANUT E DES EDUC BASICA E VALOR. PRO -- [FGTS]	4.252.344,47	4.252.344,47	3.986.734,63
FINANCAS E ORCAMENTO -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INS	158.231,03	158.231,03	145.900,30
FINANCAS E ORCAMENTO -- [FGTS]	54.866,14	54.866,14	48.551,02
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDE	251.140,25	251.140,25	233.920,28
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL -- [FGTS]	87.362,59	87.362,59	78.522,32
FUNDO MUNIC. DOS DIR. CRIANCA, ADOL. E C -- [CONTRIBUIÇÕES PRE	150.617,25	150.617,25	139.875,14
FUNDO MUNIC. DOS DIR. CRIANCA, ADOL. E C -- [FGTS]	54.178,46	54.178,46	48.564,03
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS -	3.881.591,65	3.881.591,65	3.556.333,28
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE -- [FGTS]	1.120.376,51	1.120.376,51	982.089,20
GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS -- [CONTRIBUIÇÕES PREVI	247.252,69	247.252,69	227.362,69
GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS -- [FGTS]	59.562,83	59.562,83	52.307,25
GUARDA MUNICIPAL E TRANSITO -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIA	1.294.496,03	1.294.496,03	1.198.892,97
GUARDA MUNICIPAL E TRANSITO -- [FGTS]	448.255,40	448.255,40	397.073,72
MEO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDE	34.196,60	34.196,60	31.600,84
MEO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA -- [FGTS]	11.833,78	11.833,78	10.488,71
OBRAS, ENGENHARIA, URBANISMO E ASSUNTOS -- [CONTRIBUIÇÕES P	184.015,26	184.015,26	168.792,76
OBRAS, ENGENHARIA, URBANISMO E ASSUNTOS -- [FGTS]	63.678,78	63.678,78	56.014,49
SERVICOS DE ESTRADAS RODAGENS MUNICIPAL -- [CONTRIBUIÇÕES	42.191,85	42.191,85	39.708,24
SERVICOS DE ESTRADAS RODAGENS MUNICIPAL -- [FGTS]	14.600,52	14.600,52	13.205,75
SERVICOS JUDICIAIS E ASSESSORIAS -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENC	254.601,18	254.601,18	234.779,35
SERVICOS JUDICIAIS E ASSESSORIAS -- [FGTS]	89.013,70	89.013,70	78.649,21
SERVICOS MUNICIPAIS -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	1.030.872,78	1.030.872,78	952.264,78
SERVICOS MUNICIPAIS -- [FGTS]	357.361,41	357.361,41	314.371,64
TURISMO -- [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	172.030,10	172.030,10	159.093,01
TURISMO -- [FGTS]	59.597,41	59.597,41	52.685,24
DESPESA TOTAL	30.928.645,76	30.928.645,76	27.876.836,94



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Dívida Ativa - apuração até 31/12/2023

É sabido que a tomada de providências quanto a arrecadação da dívida ativa do Município é de suma importância, tendo sido, inclusive, foco de comunicados e orientações pelas diversas entidades fiscalizatórias, entre elas o Tribunal de Contas.

Desta forma, a tomada de providências no sentido de recuperação desses valores, quer seja via judicial, quer seja administrativamente ou extrajudicial via protesto, é essencial para a consecução dos objetivos da arrecadação.

Nessa linha, segue quadro comparativo entre os valores previstos na Lei Orçamentária com aqueles efetivamente arrecadados por meio da tomada de providências para recuperação dos valores inscritos em Dívida Ativa.

ORIGEM DA RECEITA	PREVISTO	ARRECADADO	%
HONORARIOS ADVOCATÍCIOS - DIV ATIVA - MULTAS E JUROS	35.000,00	20.035,47	57,24 %
HONORARIOS ADVOCATÍCIOS - DIVIDA ATIVA	30.000,00	11.009,51	36,70 %
IMPOSTO PREDIAL - CORREÇÃO MONETÁRIA	3.500.000,00	2.557.242,80	73,06 %
IMPOSTO PREDIAL - DIV. ATIVA - MULTAS E JUROS	3.000.000,00	2.701.748,32	90,06 %
IMPOSTO PREDIAL - DIVIDA ATIVA	11.000.000,00	7.478.081,49	67,98 %
IMPOSTO TERRITORIAL - CORREÇÃO MONETÁRIA	1.500.000,00	711.378,00	47,43 %
IMPOSTO TERRITORIAL - DIV. ATIVA - MULTAS E JUROS	650.000,00	590.773,85	90,89 %
IMPOSTO TERRITORIAL - DIVIDA ATIVA	3.000.000,00	1.141.343,70	38,04 %
ISS - CONSTRUÇÃO CIVIL - DIVIDA ATIVA	150.000,00	164.085,47	109,39 %
ISS - CORREÇÃO MONETÁRIA	200.000,00	89.595,25	44,80 %
ISS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	100.000,00	103.192,25	103,19 %
ISS - SERVIÇOS - DIVIDA ATIVA	190.000,00	143.842,11	75,71 %
ITBI - DIVIDA ATIVA	20.000,00	29.378,30	146,89 %
ITBI - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	2.000,00	7.417,47	370,87 %
ITBI- CORREÇÃO MONETÁRIA	3.000,00	2.089,18	69,64 %
MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS - DIVIDA ATIVA	5.000,00	27.654,39	553,09 %
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA – DÍVIDA ATIVA	400.000,00	225.224,26	56,31 %
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA-DÍVIDA ATIVA–MULTAS JUROS	200.000,00	140.901,06	70,45 %
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES MELHORIA- CORREÇÃO MONETÁRIA	250.000,00	164.176,41	65,67 %
OUTRAS RECEITAS - DIV ATIVA - MULTAS E JUROS	360.000,00	473.268,80	131,46 %
OUTRAS RECEITAS - DIVIDA ATIVA	1.500.000,00	1.124.657,07	74,98 %
OUTRAS RESTITUIÇÕES – DÍVIDA ATIVA	1.000,00	2.331,89	233,19 %
OUTRAS RESTITUIÇÕES – DÍVIDA ATIVA – MULTAS E JUROS	1.000,00	0,00	0,00 %
OUTRAS TAXAS - DIV. ATIVA - MULTAS E JUROS	80.000,00	100.259,35	125,32 %
OUTRAS TAXAS - DIVIDA ATIVA	50.000,00	42.261,23	84,52 %
OUTRAS TAXAS CORREÇÃO MONETÁRIA	300.000,00	333.545,78	111,18 %
TAXA ALVARA DE HABITABILIDADE - DIV. ATIVA	250.000,00	7.662,88	3,07 %
TAXA APROVAÇÃO DE PROJETO - DIV. ATIVA	15.000,00	6.460,42	43,07 %
TAXA ASSINATURA DE ENGENHEIRO - DIV. ATIVA	10.000,00	5.279,06	52,79 %
TAXA CONSERV. LOGRADOUROS - DIV. ATIVA - MULTAS E JUROS	25.000,00	16.174,71	64,70 %
TAXA DE COLETA DE LIXO - CORREÇÃO MONETÁRIA	600.000,00	363.250,41	60,54 %
TAXA DE CONSERVAÇÃO - DIV. ATIVA	45.000,00	35.432,17	78,74 %
TAXA DE EXPEDIENTE - CORREÇÃO MONETÁRIA	600.000,00	266.786,15	44,46 %
TAXA DE EXPEDIENTE - DIV ATIVA - MULTAS E JUROS	300.000,00	255.151,33	85,05 %

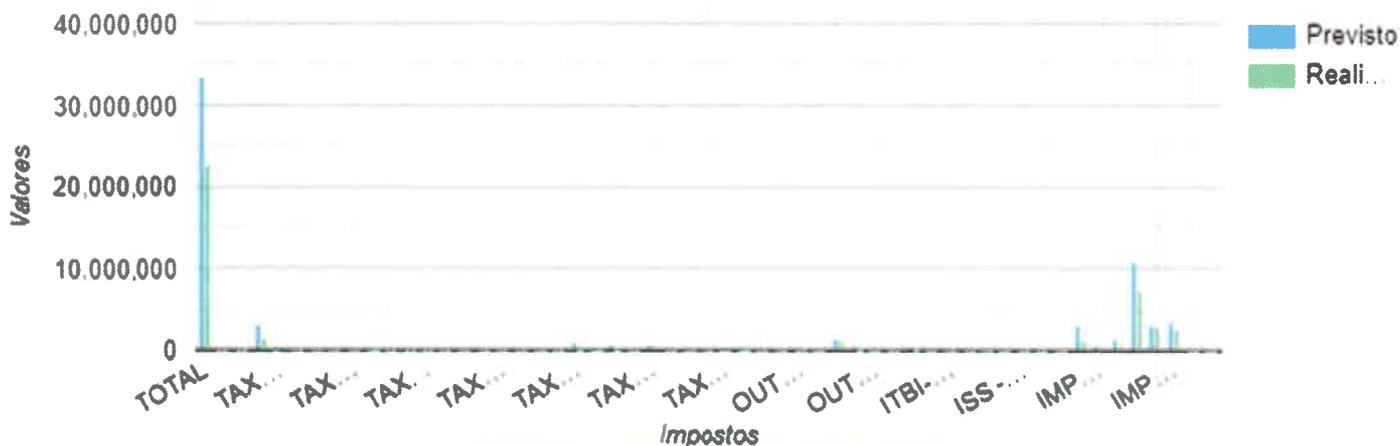


PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



TAXA DE EXPEDIENTE - DIVIDA ATIVA	910.000,00	507.839,32	55,81 %
TAXA DE PUBLICIDADE - DIV. ATIVA	90.000,00	104.500,57	116,11 %
TAXA FISCAL.VIGILÂNCIA SANITÁRIA-DIVIDA ATIVA	28.000,00	29.185,20	104,23 %
TAXA FISCAL.VIGILÂNCIA SANITÁRIA-DIVIDA ATIVA MULTAS JUROS	5.000,00	9.664,67	193,29 %
TAXA FUNC TRANSPORTE COLETIVO - DIV. ATIVA	1.000,00	262,64	26,26 %
TAXA FUNC TRANSPORTE ESCOLAR - DIV. ATIVA	3.000,00	2.614,68	87,16 %
TAXA ILUMINAÇÃO PUBLICA - DIV ATIVA - MULTAS E JUROS	10.000,00	1.198,18	11,98 %
TAXA ILUMINAÇÃO PUBLICA - DIV. ATIVA	1.000,00	696,42	69,64 %
TAXA LIC AMBULANTES - DIV ATIVA - MULTAS E JUROS	5.000,00	29.822,88	596,46 %
TAXA LICEN DE AMBULANTE - DIV. ATIVA	60.000,00	118.447,84	197,41 %
TAXA LICEN E FUNCIONAM. - DIV. ATIVA - MULTAS E JUROS	60.000,00	113.103,16	188,51 %
TAXA LICEN FUNCIONAMENTO - DIV. ATIVA	250.000,0	280.001,11	112,00 %
TAXA OUTROS SERVIÇOS - DIV. ATIVA - MULTAS E JUROS	5.000,00	0,00	0,00 %
TAXA OUTROS SERVIÇOS - DIVIDA ATIVA	5.000,00	0,00	0,00 %
TAXA PUBLICIDADE - DIV ATIVA - MULTAS E JUROS	20.000,00	38.589,25	192,95 %
TAXA RENOVAÇÃO DE ALVARA - DIV. ATIVA	25.000,00	31.318,66	125,27 %
TAXA SERVIÇO COLETA DE LIXO - DIV. ATIVA - MULTAS E JUROS	450.000,0	427.893,13	95,09 %
TAXA SERVIÇO COLETA DE LIXO - DIVIDA ATIVA	3.000.000	1.474.544,8	49,15 %
TAXAS DE SERVIÇO LIMPEZA PÚBLICA - DÍVIDA ATIVA	60.000,00	67.780,96	112,97 %
TAXAS OUTROS SERVIÇOS - CORREÇÃO MONETÁRIA	2.000,00	0,00	0,00 %
TOTAL	33.362.00	22.579.154,00	67,68 %

Dívida Ativa





PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Transferências Financeiras e Duodécimos - apuração até 31/12/2023

Conforme cronograma de desembolso mensal, os valores a transferir para o Poder Legislativo foram fixados, para o exercício em exame, no montante de **R\$11.785.000,00**.

Até o mês 12/2023, foram transferidos o correspondente a 105,09 % do valor total previsto, ou seja, o equivalente a **R\$12.385.000,00**.

Ressaltamos que houve a **devolução por parte do Poder Legislativo no montante de 19.537,92**.

DESCRIÇÃO	Data	FIXADO	REPASSADO	%
JANEIRO	19/01/2023	982.083,33	982.083,33	100,00 %
FEVEREIRO	17/02/2023	982.083,33	982.083,33	100,00 %
MARÇO	17/03/2023	982.083,33	982.083,33	100,00 %
ABRIL	18/04/2023	982.083,33	982.083,33	100,00 %
MAIO	19/05/2023	982.083,33	982.083,33	100,00 %
JUNHO	19/06/2023	982.083,33	982.083,33	100,00 %
JULHO*	19/07/2023	982.083,33	1.082.083,33	110,18 %
AGOSTO*	18/08/2023	982.083,33	1.082.083,33	110,18 %
SETEMBRO*	19/09/2023	982.083,33	1.082.083,33	110,18 %
OUTUBRO*	19/10/2023	982.083,33	1.082.083,33	110,18 %
NOVEMBRO*	17/11/2023	982.083,33	1.082.083,33	110,18 %
DEZEMBRO*	18/12/2023	982.083,37	1.082.083,37	110,18 %

* - Meses que tiveram valores de duodécimo majorado devido ao Decreto Nº 7549 de 28 de junho de 2023 (suplementação).

Salientamos que até o mês 12/2023, foram transferidos para EMUS (Empresa Municipal de Saúde), Autarquia responsável pela gestão do Hospital Maternidade Dra. Adoniram Correa Campos, o equivalente a R\$20.686.435,40, correspondendo a aproximadamente 92,76% do valor total previsto R\$22.300.000,00.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



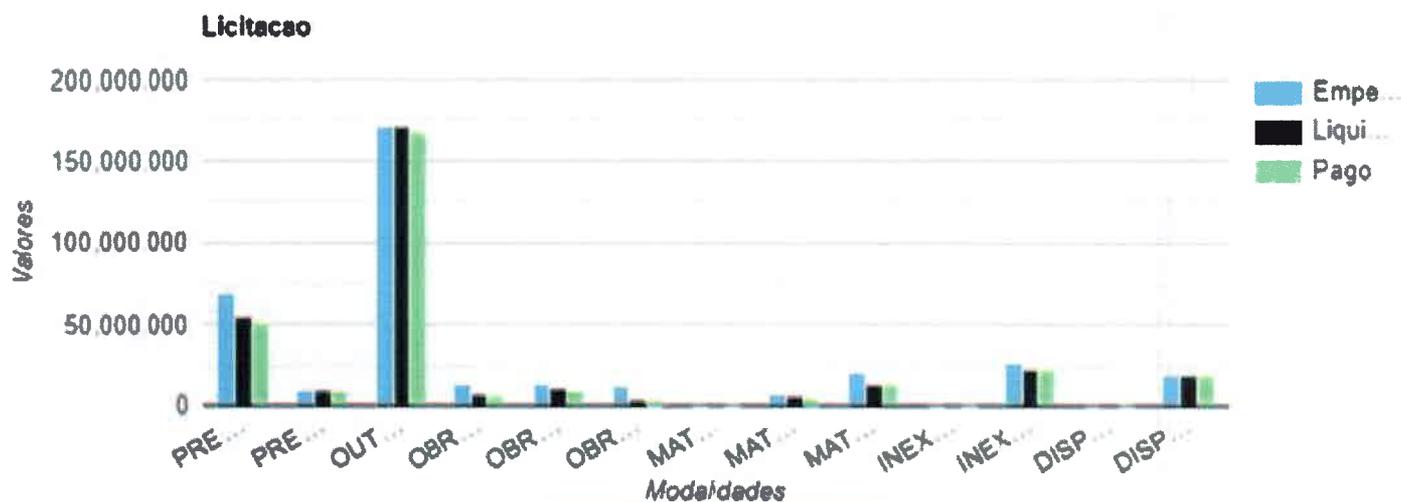
Licitações - apuração até 31/12/2023

Na análise de despesas realizadas com licitação, dispensa ou outras não aplicáveis, constatamos que foram empenhados 362038591,26; liquidados 319030821,89 e pagos 308066829,13.

Dentro desses valores, apurou-se que 13,00% (47070494,09) foram gastos sem licitação (dispensas e inexigibilidades) com base no valor empenhado.

Os dados a seguir melhor demonstram a situação, sendo que foram obtidos com o intuito de demonstrar o percentual de despesas sem a realização de licitação, além de eventual inconsistência entre os valores empenhados, liquidados e pagos.

DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%	PAGA	%
DISPENSA	R\$ 20.456.751,28	5,65 %	R\$ 19.540.280,71	5,40 %	R\$ 18.613.601,69	5,14 %
DISPENSA (ART. 24)	R\$ 2.500,00	0,00 %	R\$ 2.500,00	0,00 %	R\$ 2.500,00	0,00 %
INEXIGIBILIDADE	R\$ 26.584.106,90	7,34 %	R\$ 23.893.033,74	6,60 %	R\$ 23.874.945,74	6,59 %
INEXIGIBILIDADE (ART. 25)	R\$ 27.135,91	0,01 %	R\$ 27.135,91	0,01 %	R\$ 27.135,91	0,01 %
MAT/SERV - CONCORRENCIA	R\$ 20.834.896,62	5,75 %	R\$ 12.754.476,92	3,52 %	R\$ 12.725.889,60	3,52 %
MAT/SERV - CONVITE	R\$ 6.982.399,67	1,93 %	R\$ 5.306.071,22	1,47 %	R\$ 5.194.326,52	1,43 %
MAT/SERV - TOMADA	R\$ 140.500,00	0,04 %	R\$ 95.033,33	0,03 %	R\$ 95.033,33	0,03 %
OBRA CONCORRENCIA	R\$ 12.087.359,97	3,34 %	R\$ 3.897.195,00	1,08 %	R\$ 3.860.635,76	1,07 %
OBRA CONVITE	R\$ 12.983.263,24	3,59 %	R\$ 10.961.967,11	3,03 %	R\$ 9.824.716,07	2,71 %
OBRA TOMADA	R\$ 12.665.898,56	3,50 %	R\$ 6.863.871,94	1,90 %	R\$ 6.133.021,30	1,69 %
OUTRO NÃO APLICÁVEL	R\$ 170.956.662,92	47,22 %	R\$ 170.903.991,40	47,21 %	R\$ 167.697.796,34	46,32 %
PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 9.877.758,62	2,73 %	R\$ 9.458.182,92	2,61 %	R\$ 9.201.911,42	2,54 %
PREGÃO PRESENCIAL	R\$ 68.439.357,57	18,90 %	R\$ 55.327.081,69	15,28 %	R\$ 50.815.315,45	14,04 %





PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Terceiro Setor - apuração até 31/12/2023

O escopo desse acompanhamento referente ao terceiro setor, aqui, é o de apurar os valores empenhados, liquidados e pagos repassados ou transferidos às entidades do terceiro setor. Isto é, entidades da organização da sociedade civil.

O objetivo primário é o de apenas levantar os numerários, acompanhando a execução financeira, direcionando esforços para quais entidades receberam numerários e quais os maiores montantes em ações de acompanhamento específico.

Abaixo é possível verificar as despesas com terceiro setor:

DESCRIÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
ASSOCIACAO AMOR E VIDA	806.819,57	771.819,57	771.819,57
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MO	1.669.134,82	1.161.442,51	1.161.442,51
INSTITUTO ALPHA DE MEDICINA PARA SAUDE	18.304.797,75	16.996.851,58	16.996.851,58
TOTAIS	20.780.752,14	18.930.113,66	18.930.113,66





PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Créditos Suplementares - apuração até 31/12/2023

Conforme previsto no Art. 7º, I da Lei 4320/64, foram abertos créditos adicionais suplementares no valor de **R\$31.755.512,68 (8,49%)**, até 31.12.2023. **Obedecendo assim o limite de 10,00% previsto na Lei Orçamentária anual nº 3265 de 29/11/2022**, o que representa uma autorização prévia de R \$ 37.386.200,00, do total de R \$ 373.862.000,00 aprovado no orçamento.

Conforme o Art 167, VI da Constituição, foram feitas transposições/remanejamentos e transferências de recursos no valor de **R \$ 45.118.503,31(12,06%)**, até a 31.12.2023. **Obedecendo assim o limite de 12,07% previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias**, o que representa uma autorização prévia de R \$ 93.465.500,00, do total de R \$ 373.862.000,00 aprovado no orçamento.





PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Artigo 42 LRF - apuração até 31/12/2023

O art. 42 da LRF determina que, nos últimos 8 meses da gestão, toda despesa tenha cobertura financeira. Desta forma se, em 30/04, ocorreu sobra de caixa (saldo financeiro maior que as despesas a pagar), não poderá haver, em 31/12, insuficiência monetária para os gastos que passarão a gestão seguinte. O quadro abaixo demonstra que a disponibilidade líquida em 30/04/2023 foi de R\$45.457.033,04 e em 31/12/2023 foi de R\$31.293.703,96, ATENDENDO assim o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Poder: EXECUTIVO

Apuração por Órgão no período de 01/01/2023 até 31/12/2023	R\$
Disponibilidade Financeira no Final do período	45.608.095,23
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	11.022.010,72
(-) Empenho Liquidados a Pagar até o período	0,00
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	0,00
(-) Valores Restituíveis	3.292.380,55
(=) Liquidez do Período (superávit, déficit ou equilíbrio)	31.293.703,96
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	0,00
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	0,00
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	0,00
(=) Liquidez projetada (superávit, déficit ou equilíbrio)	31.293.703,96

Apuração por Órgão dos Últimos 8 (Oito) Meses	R\$
Disponibilidade Financeira em 30/04/2023	54.493.683,46
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04/2023	392.487,83
(-) Empenho Liquidados a Pagar até 30/04/2023	6.879.272,26
(-) Valores Restituíveis	1.764.890,33
(=) Disponibilidade Líquida em 30/04/2023	45.457.033,04

Apuração por Órgão no 6º Bimestre	R\$
Disponibilidade Financeira em 30/12/2023	45.608.095,23
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/12/2023	11.022.010,72
(-) Valores Restituíveis	3.292.380,55
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/12/2023	31.293.703,96

Comparação entre a disponibilidade líquida de 31/12/2023 e 30/04/2023 (Aumento/Diminuição em %)	-31,16
--	--------

* Os Cálculos referentes a Apuração por Órgão dos últimos 8 meses até o mês 04 e Apuração por Órgão no 6º Bimestre até o mês 11 serão apenas representativos não sendo demonstrado pelo Audesp em períodos anteriores.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Investimentos

As despesas com Investimentos são monitoradas com a finalidade de se verificar a tendência de realização desta em relação aos valores autorizados na LOA.

O quadro abaixo evidencia quanto de investimento foi empenhado em relação ao autorizado no orçamento e quanto do investimento empenhado já foi liquidado até o período em %

DESCRIPTIVO	DOTAÇÃO	EMPENHAD	%	LIQUIDADADA	%
AUXÍLIOS	103.599,31	103.599,31	100,00	103.599,31	100,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	30.424.377,39	23.724.821,43	77,98	9.081.590,66	38,28
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.523.231,78	2.746.174,64	60,71	2.610.482,44	95,06
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	5.627.100,00	5.627.005,18	100,00	5.627.005,18	100,00
SENTENÇAS JUDICIAIS	4.078.775,00	4.078.773,01	100,00	4.078.773,01	100,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.883,75	0,00	0,00	0,00	0,00





PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Despesas com Recolhimento do PASEP - apuração até 31/12/2023

O PASEP é um programa destinado aos servidores públicos, cujo objetivo é formar um patrimônio em nome de cada servidor, garantido para sua segurança financeira no momento da aposentadoria. Essas contribuições devem ser recolhidas de forma adequada e regular pela entidade, para garantir o cumprimento das obrigações perante os servidores beneficiários.

Por meio do acompanhamento das despesas com o PASEP, podemos identificar qualquer desvio, atraso ou inconsistência nos pagamentos. Isso permite tomar medidas corretivas, se necessário, e garantir a conformidade com as obrigações legais e regulamentares.

O Anexo nº 07 apresenta informações registradas sobre as despesas empenhadas, liquidadas e pagas para essa natureza.

A despesa fixada atualizada até 31/12/2023, corresponde a R\$ 3.868.477,18

DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%	PAGA	%
CONTRIBUIÇÃO AO PASEP EXERCÍCIO 2022	37.249,47	0,01%	0	0,00%	0	0,00%
CONTRIBUIÇÃO AO PASEP EXERCÍCIO 2022	17.887,36	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
CONTRIBUIÇÃO AO PASEP EXERCÍCIO 2023	3.000.000,00	0,78%	3.000.000,00	0,78%	3.000.000,00	0,78%
CONTRIBUIÇÃO AO PASEP EXERCÍCIO 2023	42.000,00	0,01%	29.660,49	0,01%	29.660,49	0,01%
CONTRIBUIÇÃO AO PASEP EXERCÍCIO 2023	2.000,00	0,00%	1.587,79	0,00%	1.587,79	0,00%
CONTRIBUIÇÃO AO PASEP EXERCÍCIO 2023	800	0,00%	99,68	0,00%	99,68	0,00%
CONTRIBUIÇÃO AO PASEP EXERCÍCIO 2023	236.800,00	0,06%	236.800,00	0,06%	236.800,00	0,06%
CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	40.000,00	0,01%	40.000,00	0,01%	40.000,00	0,01%
CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	100.000,00	0,03%	47.328,48	0,01%	47.328,48	0,01%
CONTRIBUIÇÃO PASEP NOV/2023	293.250,60	0,08%	293.250,60	0,08%	293.250,60	0,08%
TOTAL	3.769.987,43	97,45%	3.648.727,04	94,32%	3.648.727,04	94,32%



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



FALHAS E/OU IRREGULARIDADES CONSTATADAS

Foram constatadas algumas falhas, conforme papéis de trabalhos arquivados neste Órgão de Controle Interno, as quais foram objetos de recomendação aos setores envolvidos, para que não mais venham ocorrer, já que, reincidências poderão comprometer a gestão do Administrador Público. Esta Controladoria Municipal verificou os seguintes apontamentos que merecem destaque:

- Reiterada defasagem de funcionários em diversos setores;
- Ainda se faz, urgente e necessária, a nomeação de "Ouvidor Municipal";
- A Administração recebeu alertas do Tribunal de Contas, ao longo do ano, notificando a necessidade de adequação aos mínimos legais de aplicação na Educação durante o exercício;
- Repasse de recurso abaixo do previsto em orçamento para Autarquia Municipal;
- Necessidade de atualização e/ou instauração de normas para melhor andamento das demandas públicas e sua gestão (Lei de Adiantamentos, PDTI, LGPD, CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO, GOVERNO DIGITAL);
- Escassez de profissionais na área de Planejamento para elaboração e acompanhamento da execução do PPA, LDO e LOA.
- Escassez de profissionais nas áreas de Controle Interno, Auditoria e Corregedoria;
- Urgência na correção das formas de pagamento de salários devido a recorrentes apontamentos do TCE-SP;
- Falta de controle no pagamento de horas extras;
- Necessidade de adequação quanto a períodos de férias dos funcionários públicos;
- Premência pela reestruturação de setores e quadro funcional;
- Necessidade da disponibilização de mais serviços públicos de forma on-line.

PREFEITURA DE
MONGAGUÁ

DO MUNICÍPIO



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



RECOMENDAÇÕES E PROVIDÊNCIAS QUANTO ÀS FALHAS DETECTADAS.

- ❖ Necessidade ao longo do ano de capacitação e treinamento dos profissionais de todas as áreas pertinentes a NOVA LEI DE LICITAÇÕES 14.133/21, afim de evitar que o poder publico tenha intercorrências ao se adaptar as novas metodologias licitatórias;
- ❖ Ainda no ano de 2023, a Controladoria normatizou, criou e implantou a CARTA DE SERVIÇOS AO USUARIO, contudo foi reiterado ofício ao Diretor de Planejamento, acerca providências para implementação:
 - ✓ PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação);
 - ✓ LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados);
 - ✓ Adequação a Lei 14129/21 (GOVERNO DIGITAL);
 - ✓ Atualização da Lei de Adiantamentos;
 - ✓ Constituição do Conselho de Usuários;
- ❖ Fora novamente emitida recomendação ao Ex. Sr. Prefeito referente a necessidade urgente de nomeação de "Ouvidor Municipal", tal qual a necessidade de colocação de funcionários em setores de vital importância, como:
 - ✓ Planejamento;
 - ✓ Controladoria;
 - ✓ Finanças;
 - ✓ T.I.
- ❖ Cabe ressaltar que ao decorrer dos anos de 2022 e 2023, houveram diversas convocações através de concurso público (mais de 1000 convocações totais), visando sanar a necessidade de mão de obra funcional em alguns dos setores, contudo com a alta rotatividade ainda se faz necessárias contratações;
- ❖ Denote-se que os percentuais de aplicação de recursos na Educação foram realizados de acordo com os mínimos legais até o encerramento do ano 2023.
- ❖ No decorrer do ano o Gestor buscou sanar, dentro do possível, sem prejudicar o andamento da administração pública, diminuir ao máximo o número de férias em atraso, contudo devido ao grande volume das mesmas o posicionamento deve ser continuado para o próximo exercício.
- ❖ Ao final do ano de 2023 o Ex. Sr. Prefeito encaminhou a Câmara Municipal dois projetos de Lei Complementar referentes ao Estatuto dos Servidores Públicos de Mongaguá (LC 80/2023) e a Reorganização Administrativa de Cargos e Salários (LC 81/2023), fato este que deu formal início a **REFORMA ADMINISTRATIVA** de âmbito geral, regularizando amplas demandas quanto a estruturação de cargos e setores e demais necessidades, afim de aprimorar ainda mais os serviços prestados pra esta Prefeitura de forma cada vez mais adequada aos preceitos legais e regulatórios.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



- ❖ Ainda quanto reforma supracitada, a através de seus instrumentos legais sanou questões como:
 - ✓ Atribuições detalhadas de todos os cargos;
 - ✓ Atualização e modernização da estrutura funcional para Secretarias;
 - ✓ Atualização de cargos e salários com intuito de regularizar apontamento quanto a gratificações;
 - ✓ Inseridos níveis adequados de instrução/formação exigida para assunção de todos os cargos;
 - ✓ Correção com atenção especial a todos os cargos de caráter comissionado (nível de Instrução/Salários/Atribuições);

- ❖ Durante o exercício de 2023, por meio dos exames realizados por esta Controladoria-Geral, identificamos inconsistências em procedimentos administrativos no âmbito desta Prefeitura. Tais inconsistências, no entanto, não comprometeram a integridade e legalidade das despesas públicas, uma vez que se tratam de falhas de natureza técnica. Os equívocos mais recorrentes foram de ordem formal, como a não observância de prazos em determinados processos e algumas divergências nas prestações de contas de adiantamentos de fundos. Diante disso, considerando que foram parcialmente adotadas as medidas cabíveis em resposta às irregularidades apontadas e que não houve prejuízo à Administração, orienta-se que os setores responsáveis se mantenham em alerta, com vistas a evitar a reincidência de falhas dessa natureza no âmbito desta Municipalidade.

- ❖ Procuramos, no presente **RELATÓRIO**, focar os principais aspectos da gestão financeira do exercício encerrado, com clareza e objetividade, **evidenciamos que de forma geral a Prefeitura cumpriu e vem cumprindo a legislação vigente**, em especial o processamento da despesa e as normas legais quanto à execução orçamentária, financeiras e patrimoniais, pelo que opinamos pela regularidade dos atos praticados e emitimos o Certificado de Auditoria que acompanha este Relatório, e colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessárias.

PREFEITURA DE
MONGAGUÁ

DO MUNICÍPIO



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



QUADRO SINTESE

Ao final apresentamos o respectivo quadro-resumo, oferecendo, ao Ex. Sr. Prefeito, visão panorâmica da execução operacional, orçamentária, financeira e patrimonial do quadrimestre e do ano:

Quais os projetos governamentais cujas metas físicas estão bem abaixo do proposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias?	Projetos se enquadraram dentro do estabelecido. Todavia mantem-se a necessidade de definir de maneira mais clara as metas a serem cumpridas nas peças orçamentarias.
Quais os projetos governamentais cujos custos estão bem acima do previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias?	Projetos se enquadraram dentro do estabelecido. Todavia há necessidade de definir de maneira mais clara as metas a serem cumpridas nas peças orçamentarias.
Emitiu o Tribunal de Contas alerta no processo de Acompanhamento da Gestão Fiscal – Acessório, notificando que a receita se comporta abaixo do esperado, o que exige contenção da despesa não obrigatória?	Não
A arrecadação da dívida ativa vem superando a baixa arrecadação do último exercício?	Sim
O Tribunal de Contas fez alerta notificando que o Município pode não atingir os mínimos constitucionais e legais da Educação?	Sim – Todavia os percentuais legais foram atingidos dentro do prazo legal.
Desde o início do exercício, qual o percentual aplicado na educação infantil e no ensino fundamental?	27,51%
Desde o início do exercício, qual o percentual aplicado sobre o Fundeb já recebido?	100,20%
Desde o início do exercício, quanto do Fundeb foi empregado na remuneração do magistério da educação básica?	79,79%
Caso haja determinação do Tribunal de Contas, está sendo utilizada a parcela faltante do Fundeb de anos anteriores?	Sim
Desde o início do exercício, quanto já foi pago a título de precatórios judiciais?	RS10.678.773,01
Nessa marcha de pagamento judicial, o Município deve honrar, até o final do ano, o valor do último mapa orçamentário e mais a anterior dívida judicial, esta última segundo as mais recentes determinações do Supremo Tribunal Federal – STF?	Sim – Esta Prefeitura segue o Plano Anual de pagamentos homologado pelo T.J.
Desde o início do exercício, qual o percentual empregado em ações e serviços de Saúde?	33,19%



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



O Tribunal de Contas fez alerta notificando que o Município pode não atingir o mínimo constitucional da Saúde?	Não
Desde o início do exercício, qual foi o resultado da execução orçamentária?	RS379.670.050,11(Receitas Realizadas) RS352.093.919,37(Despesas liquidadas) RS16.275.134,57(Deficit Orçamentário)
O déficit de execução orçamentária está amparado no superávit financeiro do ano anterior?	Sim
Emitiu o Tribunal de Contas alertas quanto a possível déficit da execução orçamentária e abatimento insuficiente dos restos a pagar?	Não
Desde o início do exercício, a Prefeitura recolhe os encargos sociais (INSS, PASEP, FGTS, regime próprio de previdência)?	Sim
Em caso negativo, qual o valor devido por tipo de contribuição?	X
A Prefeitura está adimplente com os parcelamentos de encargos sociais?	Não há parcelamentos.
Desde o início do exercício, quanto foi repassado para entidades do Terceiro Setor?	RS18.930.113,66
A entidade, em sua página eletrônica, mostra, em tempo real, receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, em conformidade com o art. 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal?	Sim
A entidade está atendendo os requisitos previstos na Lei de Acesso à Informação?	Sim
Em caso contrário, quais dispositivos não estão sendo devidamente atendidos?	X
Desde o início do exercício, qual o percentual empregado em despesas com pessoal?	40,85%
Desde o início do exercício, qual o valor empregado em despesas com encargos sociais?	RS27.876.836,94
Desde o início do exercício, qual o valor arrecadado de dívida ativa?	RS18.436.452,83
Existe andamento, projeto ou planejamento de reforma ou alteração administrativa no município?	Executada no ano em pauta: Leis Complementares 80/2023 e 81/2023



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



CONCLUSÃO

No presente Relatório, foram abordados os principais aspectos da gestão financeira do exercício encerrado, com foco na transparência e precisão. Verificamos que, de forma geral, a Prefeitura atendeu às disposições legais vigentes, em conformidade com os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e eficiência, estabelecidos no artigo 37 da Constituição Federal.

Em especial, observou-se o cumprimento das normas relativas ao processamento da despesa pública, bem como às disposições legais concernentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial. Dessa forma, esta Controladoria Municipal manifesta-se pela regularidade dos atos praticados, emitindo o Certificado de Auditoria anexo ao presente Relatório, e permanece à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

É o Relatório.

Deveito a oportunidade para renovar protestos de minha estima e consideração.

Mongaguá, 27 de março de 2024


Gabriel V. de Araujo
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



CERTIFICADO DE AUDITORIA – PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS 2023

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONGAGUÁ / SP
Período: Janeiro a Dezembro de 2023.

Examinamos os registros e as demonstrações contábeis, bem como os documentos que deram origem aos elementos constantes no processo de Prestação de Contas Anual.

Dos exames efetuados, verificamos que os registros contábeis refletem adequadamente as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais da Prefeitura Municipal de Mongaguá, e que de forma geral, **foram cumpridas as normas legais que tratam do processamento da despesa.**

Assim, considerando que nos exames efetuados não foram evidenciadas impropriedades ou irregularidades que comprometam a probidade dos Ordenadores de Despesa e demais responsáveis, **nós desta Controladoria somos favoráveis a regularidade das contas do exercício de 2023.**

Mongaguá, 27 de março de 2024

Responsável pela Auditoria
Gabriel V. de Araujo
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



PARECER DE AUDITORIA – PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNCIPAIS 2023

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONGAGUÁ / SP
Período: Janeiro a Dezembro de 2023.

Analizamos o processo de Prestação de Contas, exercício de 2023 da Prefeitura Municipal Mongaguá e **certificamos que a mesma contém todas as peças legalmente exigidas**, em consonância com a Instrução Normativa N° 01/2020 (atualizadas pela Resolução N°11/2021), proveniente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e que **sua entrega ocorreu dentro do prazo estipulado** pelo calendário de obrigações do Sistema Audesp para o ano de 2024 (Comunicado SDG N°67/2023), bem como cópia de igual teor remetida ao Órgão Legislativo Municipal.

Os atos de gestão do exercício foram analisados por amostragem, na extensão julgada necessária, não sendo constatado ato ilegal ou ilegítimo que possam comprometer as contas do ordenador de despesa.

Desse modo, tendo por base os exames e informações levantadas no Relatório Conclusivo, **esta Controladoria emite parecer pela regularidade das contas.**

Mongaguá, 27 de março de 2024

Responsável pela Auditoria
Gabriel V. de Araujo
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Buscando atender no máximo as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e demais exigências legais em vigor, atesto que tomei conhecimento do Relatório da Controladoria Geral do Município quanto a Prestação de Contas do Exercício de 2023, acompanhado do Certificado e Parecer, além dos demais documentos pertinentes.

Assim, considerando o Relatório e demais documentos apresentados pela Controladoria Geral desta prefeitura, determino que sejam:

Observadas com maior rigor todas as falhas e possíveis irregularidades, ali apontadas no intuito de corrigi-las imediatamente sob pena de responsabilização dos setores envolvidos ou responsáveis.

Encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo este relatório e demais documentos caso se façam necessários.

Mongaguá, 27 de março de 2024

Ciência Responsável pela Controladoria
Gabriel V. de Araujo
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Marcio Melo Gomes
PREFEITO DO MUNICÍPIO ADM: 2021/2024